

SUMÁRIO

1 – CONSEQUENCIALISMO	9
2 – CONTRIBUINTE X FISCO	23
2.1. PRINCÍPIO DA (DES)IGUALDADE	25
2.2. DIFERENCIAÇÃO ENTRE INTERESSE SOCIAL E INTERESSE ARRECADATÓRIO	33
 3 – FISCO ENQUANTO REPRESENTANTE DO ESTADO.....	 47
3.1. ABUSO DOS PODERES EM NOME DO PODER PÚBLICO	49
3.2. AS INCONSTITUCIONALIDADES PRATICADAS PELO FISCO...	55
 4 – DADOS TÉCNICOS NOS PROCESSOS JUDICIAIS...	 61
4.1. O DEVER DE INFORMAÇÃO.....	61
4.2. A VAGUIDADE DOS DADOS APRESENTADOS PELO FISCO QUANTO AO IMPACTO FINANCEIRO NO CAIXA ESTATAL ...	69
 5 – QUESTÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS PELO FISCO NAS AÇÕES JUDICIAIS E O LIMITE DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	 89

6 – A INDISPENSABILIDADE DA PROVA TÉCNICA PARA CONFIRMAR O CONSEQUENCIALISMO NAS DECISÕES JUDICIAIS COMO UMA FORMA DE PRE- SERVAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CON- TRIBUINTE	111
7 – O REFLEXO DAS RAZÕES CONSEQUENCIALIS- TAS NA MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO STF	151
COMENTÁRIOS FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	179